



RESOLUÇÃO

REFORMADOS: OUTROS DESAFIOS

A sociedade de hoje não pode deixar de reflectir e de dar resposta aos novos desafios que resultam do crescente peso dos reformados e pensionistas no conjunto da população.

Portugal acompanha a tendência do resto da Europa do aumento de idosos, chegando a estar entre os primeiros países da União Europeia, já que este grupo representa cerca de 20% da população portuguesa.

Esta é uma realidade que exige que os próprios reformados, pensionistas e idosos tenham consciência da sua força social, que não abdicuem de assumir, plenamente, a sua participação, designadamente, na exigência de uma política que corresponda às suas necessidades quotidianas, com garantia de autonomia económica e social, o direito à especial protecção em situações de dependência e doença, à fruição dos seus tempos livres e de se organizarem na defesa dos seus direitos específicos, enquanto reformados, pensionistas e idosos.

Por outro lado, é necessário o abandono da abordagem do envelhecimento alicerçada no peso das despesas das pensões nas despesas públicas - com vista à privatização da segurança social - para se equacionar as pensões no quadro de uma mais justa repartição da riqueza entre o capital e o trabalho.

São necessárias respostas face às novas ou mais profundas necessidades que o envelhecimento coloca em matérias tão vastas como a saúde, a segurança social, o direito à participação social, política e cultural deste grupo social. Nesta matéria, é, ainda, urgente a ruptura com os constrangimentos externos e internos que condicionam o progresso social e o desenvolvimento soberano do país.

Quanto à valorização dos saberes e competências, seja no domínio do direito à educação ao longo da vida, ou do direito à cultura e aos tempos livres, enquanto expressão da política pública, ela é praticamente inexistente. Um exemplo flagrante encontra-se no facto de se exigir cada vez mais aos cidadãos, mesmo aos mais idosos, que lidem com a tecnologia informática para responder às suas obrigações cívicas, designadamente fiscais. Quase todos os serviços para a população já não dão informações directamente: é preciso “clicar”. Abre-se, assim, caminho a uma nova forma de exclusão desta camada da população, que se vê privada do acesso à informação do seu próprio país, necessária à sua vida quotidiana.

Contudo, regista-se que um número crescente de reformados, pensionistas e idosos procuram novas aprendizagens e a sua valorização, como está patente na participação nas universidades da terceira idade ou em universidades ou academias seniores. Estas têm partido de iniciativas locais, dando um importante contributo para colmatar problemas atrás caracterizados. E se há algumas de pendor elitista e em que os seus “alunos” têm de pagar elevadas propinas, outras há em que um certo clima de informalidade e de ajuda mútua conduzem à alegria da aprendizagem sem obrigatoriedade de estudo.

Mais do que nostálgicos dos tempos de juventude, os reformados e idosos de hoje aspiram, reivindicam e lutam, lado a lado com os trabalhadores no activo, por uma sociedade mais justa e de efectivo progresso social, com serviços públicos universais e de qualidade e com o Estado a assumir, plenamente, as funções sociais, as garantias e os valores inscritos na Constituição da República.

Por outro lado, a solidão perfila-se como um dos maiores problemas com que as pessoas mais velhas se defrontam e que é claramente um obstáculo à sua qualidade de vida. Nos anos imediatamente a seguir ao 25 de Abril de 1974, assistimos a um despoletar de soluções com a criação de muitas associações de reformados – muitas delas com um cariz reivindicativo e agregador - que depois ou se foram extinguindo ou foram agregadas a outro tipo de colectividades, assumindo valências de assistência e apoio domiciliário.

Esta é uma das áreas que sucessivos governos não só ignoraram como agravaram, em consequência da política de direita prosseguida ao longo de décadas. Porque é de Funções Sociais do Estado que se trata, esta é, também, reivindicação dos reformados e pensionistas organizados nos sindicatos da CGTP-IN.

São, assim, urgentes medidas de política face aos problemas e novos desafios com que se vêem confrontados os reformados e pensionistas.

Por isso, a Inter-Reformados/CGTP-IN, na sua 8ª Conferência Nacional considera indispensável e reclama:

- A renegociação da dívida pública e a ruptura com as opções e os instrumentos da União Europeia de subordinação do país aos interesses dos mais poderosos e a adopção de uma estratégia de desenvolvimento económico que aposte na dinamização do investimento e da produção nacional e na criação de emprego seguro, com salários dignos e direitos, como motor de progresso social e da melhoria das condições de vida dos trabalhadores, dos reformados e da população em geral.
- Que o Estado concretize princípios e políticas consagrados na Constituição. Por isso, reclama a melhoria dos serviços públicos e é contra políticas e opções que desresponsabilizem o Estado, que põem em causa o financiamento das Funções

Sociais do Estado, nomeadamente, no investimento na alfabetização, na educação e formação de adultos, bem como na aprendizagem ao longo da vida.

- A criação e desenvolvimentos de infra-estruturas sociais e, designadamente, de equipamentos e serviços sociais de apoio à terceira idade, nas suas diversas valências.
- A garantia de que o envelhecimento se processe com qualidade de vida e que a população idosa seja devidamente respeitada, os seus direitos afirmados, reconhecidos e efectivados em todos os domínios, incluindo a sua participação activa na sociedade e na definição das políticas que a afectam. Para a Inter-Reformados/CGTP-IN, o tão falado envelhecimento activo deve passar, em primeiro lugar, pela valorização da população idosa e pelo reconhecimento do seu contributo insubstituível para a sociedade.

Lisboa, 10 de Fevereiro de 2017

A 8ª Conferência Nacional da INTER-REFORMADOS/CGTP-IN